

FORMULAÇÃO PRÁTICA DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR NAS PROBLEMÁTICAS DA GRAVIDEZ INDESEJADA E DA EVASÃO NAS ESCOLAS

Rodrigo Bandeira de Oliveira Silva¹

Luiz André Ferraz Carneiro²

Maria Lúcia Vidal Mattos³

RESUMO

A produção acadêmica em questão consiste em uma atividade proveniente de uma atividade avaliação da disciplina Psicologia Escolar, realizada no Centro Universitário Academia. Foi proposto a elaboração de uma proposta interventiva de ação em relação a algumas das problemáticas de um grupo de 150 jovens entre 12 e 22 anos, estudantes de duas escolas públicas de ensino fundamental e uma de ensino médio. Conforme a apresentação do enunciado, elegeram-se duas questões concernentes a este conjunto: o da gravidez indesejada e o da evasão escolar. Assim, redige-se um conteúdo dividido em duas seções principais, uma para cada uma dessas problemáticas; inserido em cada uma destas seções, objetiva-se uma exposição completa, em que constem a caracterização do problema, a sua relevância, a atuação do psicólogo nesta questão, a proposta interventiva e os resultados esperados mediante esta interferência. Enfim, reitera-se o caráter urgente e necessário de uma compreensão ampla e crítica do trabalho do Psicólogo no contexto escolar, fator que pode contribuir decisivamente para a efetivação da escola como um espaço transformador do sujeito.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Gravidez Indesejada. Evasão Escolar. Estudo de caso.

ABSTRACT

The academic production in question consists of an activity derived from an evaluation of the School Psychology discipline, carried out at Centro Universitário Academia". It is proposed the elaboration, in an interventional approach, of ways of action in relation to some of the problems of a group of 150 young people between 12 and 22 years, students of two public schools of elementary education and one of high school education. According to the presentation of the statement, two questions concerning this group were chosen: that of unwanted pregnancy and that of school dropout. Thus, content is divided into two main sections, one for each of these issues; inserted in each of these sections, the objective is a complete exposition, which includes the characterization of the problem, its relevance, the psychologist's role in this issue, the intervention proposal and the expected results through this interference. Finally, the urgent and necessary character of a broad and critical understanding of the Psychologist's work in the school context is reiterated, a factor that can decisively contribute to the effectiveness of school as a transforming space for the subject.

Keywords: School Psychology. Unwanted Pregnancy. School Escape. Intervention.

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário UniAcademia

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário UniAcademia

³ Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UniAcademia. E-mail: mariamattos@uniacademia.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Compreendendo que este estudo de caso hipotético se configura como um trabalho acadêmico relativamente distinto da maioria dos que são realizados — mais voltados para uma revisão bibliográfico-exploratória pura, com o objetivo único de um aprofundamento teórico-conceitual, estipulou-se a necessidade de elaborar uma introdução que explicasse a divisão e a proposta de tal intervenção. Entende-se, evidentemente, que o laboro de pesquisa deveria ser realizado; porém, existe também um elemento prático e reflexivo de intervenção sobre o problema que não poderia ser puramente pesquisado, e daí a especificidade do trabalho. Assim, primeiramente fez-se a opção pelas seguintes problemáticas presentes no enunciado: gravidez indesejada e evasão escolar. Estas duas temáticas, inscritas no desenvolvimento, encontram-se como “Problema 1: Gravidez Indesejada” e “Problema 2: Evasão Escolar”, ambas tendo, ainda, os mesmos tópicos a serem abordados.

O primeiro define-se como “Caracterização e Relevância do Problema e a Atuação do Psicólogo”, em que se compreende o que é a problematização em questão — tanto conceitualmente, enquanto problema social, quanto dentro do contexto do exercício. Aqui, ainda, discute-se a importância deste tema e como o psicólogo pode incluir sua atividade profissional no manejo com este, especialmente no âmbito educacional. O segundo é “Plano de Ação Frente à Gravidez Indesejada” ou “Plano de Ação Frente à Evasão Escolar”, em que se estipula efetivamente qual seria a proposta de intervenção, com suas etapas (como), a cronologia (quando) e sempre explicando e fundamentando a razão pela qual estas etapas foram propostas. Enfim, o último tópico denomina-se “Resultados Esperados”, em que se compreende de forma sintética qual seria o produto almejado do trabalho apresentado, em consonância com o exposto anteriormente.

2. A TEMÁTICA DA GRAVIDEZ INDESEJADA

Conforme enunciado, a comunidade em questão conta com em torno de 150 jovens que apresentam entre 12 e 22 anos e a questão da gravidez indesejada se destaca nesta região entre as pessoas de tal faixa etária. Ainda, a maior parte do grupo em questão se encontra no Ensino Fundamental, de modo que é evidente que a atuação nas escolas públicas desta etapa é necessária, inclusive para acessar os

indivíduos. Por outro lado, naturalmente, também é relevante contactar a Escola Estadual de Ensino Médio com os mesmos fins.

2.1. CARACTERIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DO PROBLEMA E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Como em qualquer trabalho social a ser realizado por um profissional, pode emergir a seguinte questão: qual a relevância da problemática passível de intervenção? Ora, a gravidez indesejada configura a maior parte dos casos de gravidez na adolescência (SILVA, 1998); naturalmente, nesta ocasião, considera-se que grande parte das pessoas da comunidade com este problema endêmico se encontra na adolescência. Para além desta faixa de idade, porém, este mesmo autor aponta para a existência de “[...] repercussões médicas, psicológicas e principalmente sociais” da gravidez indesejada (SILVA, 1998, p. 895), dentre as quais se situam problemas como “[...] a falta de cuidados pré-natais, a desestruturação pessoal e familiar [...]”, entre outros. Ainda, conforme Prietsch *et al.* (2011, p. 1906), “[...] a gravidez não planejada representa risco aumentado de ansiedade e de depressão, sobretudo no período puerperal”.

Compreende-se que a principal causa do fenômeno da gravidez indesejada é a baixa utilização de métodos contraceptivos (PRIETSCH *et al.*, 2011). Porém, há outros fatores que se associam e se somam a tal problema social, dentre os quais se incluem a dificuldade de acessar serviços de saúde, a pouca organização dos mesmos, ou mesmo fenômenos sociais tais como o abuso sexual e a coerção (PRIETSCH *et al.*, 2011). Neste sentido, Prietsch *et al.* (2011, p. 1907) arrematam: “[...] a ocorrência de gravidez indesejada é uma questão relacionada ao direito fundamental da mulher sobre a sua fertilidade”.

Considerando o fato de que o fenômeno abordado se configura como um fator gerador de sofrimento, é evidente a legitimidade de uma intervenção psicológica em relação a este. No caso em questão, tal validade se dá, em primeiro lugar, devido à gravidez indesejada se configurar como um problema social e, ainda, endêmico nesta região, e que pode ser atenuado de forma preventiva mediante um trabalho de educação sexual (SILVA, 1998). Em segundo lugar porque, conforme apontado, existe uma série de implicações psicológicas e sociais — como a maior prevalência de ansiedade e depressão e a desestruturação familiar — neste tipo de gravidez

(PRIETSCH *et al.*, 2011); neste sentido, além de prevenir para que novas gravidezes indesejadas não ocorram, acolher os sofrimentos e padecimentos das mulheres incomodadas pela gravidez indesejada é fundamental.

Colocado o problema social e em linhas gerais, a ideia do que é necessário, faz-se imperativo compreender o que fundamenta a atuação do psicólogo frente a uma questão como a “gravidez indesejada” na escola. Isto porque, historicamente, a imagem do psicólogo em uma instituição escolar é a de um modelo clínico-terapêutico (MARTINEZ, 2010). Porém, observando a insuficiência desta representação, a autora define como uma das atribuições tradicionais do profissional de psicologia no contexto escolar é o da orientação sexual; neste sentido, inclui-se “[...] destacar a contribuição para o desenvolvimento dos recursos subjetivos favorecedores de um comportamento sexual responsável e positivamente significativo para os envolvidos” (MARTINEZ, 2010, p. 45), devendo o profissional contribuir para “[...] a capacidade de antecipar consequências e a tomada de decisões éticas” (MARTINEZ, 2010, p. 45).

Ainda, Martinez (2010, p. 46) descreve outra função tradicional: a da elaboração de projetos educativos específicos. Como formula a autora, “[...]na maioria das vezes, esses projetos surgem como resposta aos problemas concretos que se expressam na escola ou na comunidade onde a instituição está inserida”. Em se tratando de uma questão concreta, e considerando a possibilidade de intervenção do psicólogo escolar frente à educação sexual, a atuação do psicólogo em relação à situação de gravidez indesejada é legítima. Naturalmente, este projeto partirá para duas ênfases distintas: por um lado, a prevenção para que isso não ocorra com outras mulheres (para tal, a dimensão da educação sexual é imprescindível tanto às mulheres quanto aos homens); e, por outro, um projeto de caráter educativo, mas, principalmente, de compartilhamento de vivências e estímulo à autocompreensão, para as mulheres que apresentam a tal gravidez indesejada. Ambos os projetos — ou, melhor dizendo, as duas faces deste projeto — serão aprofundados em seguida.

2.2. PLANO DE AÇÃO FRENTE À QUESTÃO DA GRAVIDEZ INDESEJADA

Em uma das ênfases, conforme exposto acima, o objetivo é o da prevenção. Explicita-se, aqui, que o objetivo é o de realizar uma exposição dos conhecimentos necessários sobre contracepção para o combate à gravidez indesejada e o de acolher às dúvidas e anseios destes jovens no que compete à sua vida sexual. Afinal, utiliza-

se um processo específico na educação sexual compreendido como intencional, melhor conceituado a seguir.

Esse processo de educação sexual intencional é também chamado por “orientação sexual” e, nessa acepção, é entendido como um processo sistemático [...] de intervenção, o qual deveria oferecer não apenas as informações científicas sobre sexualidade, mas proporcionar também espaços de discussão e reflexão que podem auxiliar os adolescentes a questionar mitos, tabus e preconceitos (MAIA *et al.*, 2012, p. 152)

Deste modo, objetiva-se, aqui, trabalhar em duas frentes: o fornecimento de informações necessárias a respeito de métodos contraceptivos e da sua relevância e o atendimento aos anseios referentes à sexualidade dos discentes, sejam estes relacionados à contracepção ou outros temas. Isso está em consonância com as atribuições do psicólogo no contexto escolar anteriormente expostos por Martinez (2010), dentre os quais se encontra tanto a contribuição para a ação sexual responsável, quanto a formação de projetos educativos relacionados a problemas específicos da escola ou da comunidade. É relevante salientar, ainda, que este projeto seria voltado para os homens e as mulheres, uma vez que o uso de métodos contraceptivos e as preocupações com relação ao sexo responsável podem e devem ser atribuições de ambos.

O trabalho realizado contaria com grupos de até 15 participantes e encontros de frequência semanal de 1 hora de duração. Nestes encontros alguns temas passíveis de abordagem são, respectivamente: (1) sexo e sexualidade; (2) fisiologia e contracepção; (3) fisiologia e contracepção; (4) a gravidez indesejada. O primeiro consistiria em uma aproximação dos discentes com o eixo temático, fazendo-os compreender “[...] a diferença entre sexo e sexualidade para que o jovem não reduza o termo sexualidade à ato sexual” (MAIA *et al.*, 2012, p. 154); também é uma oportunidade para discutir o sexo e a sexualidade sob a ótica da responsabilidade de um e outro. No segundo e no terceiro, discutem-se os diferentes métodos contraceptivos existentes e como eles se relacionam à própria anatomia de seus órgãos sexuais, sistemas reprodutivos e com seu próprio organismo, de modo mais amplo; assim, clareia-se inclusive como funciona o uso destes métodos. Enfim, o quarto encontro promove uma discussão a respeito do tema da gravidez indesejada — como problema social e no sentido das implicações para o psiquismo e as vidas social e escolar da gestante não-planejada —, reiterando a necessidade de exercer o ato sexual de forma responsável para prevenir este problema. Todos os encontros

contariam com um momento expositivo e, após, o acolhimento e a psicoeducação das questões que surgissem no grupo de discentes a respeito das temáticas abordadas.

Exposto isso, seriam discutidas as questões de caráter prático. Neste sentido, entende-se que o público-alvo do programa de prevenção é extremamente amplo — a princípio incluindo quase todos os alunos. Assim, possivelmente seria necessária a realização de mais um encontro a respeito de cada tema, em cada um dos colégios, considerando o número de alunos potencialmente interessados no tema. A quantidade exata de encontros seria discutida em cada colégio, de acordo com a disponibilidade dos discentes e o tamanho da escola. A divulgação deste trabalho e explicitação do mesmo deverá ficar a cargo primeiro de uma sensibilização junto aos educadores, familiares e psicólogo envolvido.

Ainda no que compete à explicação do projeto, temos a segunda ênfase. Esta consiste na formação de um grupo terapêutico de caráter educativo e de compartilhamento de vivências de adolescentes que apresentam gestação não-planejada. Aqui, compreendendo a existência de uma série de implicações biológicas, psíquicas e sociais deste fato (SILVA, 1998), entende-se a necessidade de realizar um espaço livre para o compartilhamento de suas questões e a troca de experiências. É relevante salientar, evidentemente, que este grupo também se caracteriza como o que foi definido por Martínez (2010, p.46) como um “[...] projeto educativo específico”. Porém, não se trata da concepção pedagógica tradicional de educação que está implicada neste novo projeto. Com efeito, é necessário apreender uma nova perspectiva de educação, mais humanista e dialógica. Conforme Paulo Freire (2003, p. 80): “[...] uma das radicais diferenças entre a educação como tarefa dominadora, desumanizante, e a educação como tarefa humanizante, libertadora, está em que a primeira é um puro ato de transferência de conhecimento, enquanto a segunda é ato de conhecer”. A pedagogia tradicional é definida como ato transferencial, como passagem vertical de conhecimento (COSTA, 2015, p. 72). O ato de conhecer, por outro lado, é dialógico: ele compreende todos os sujeitos como elementos ativos de transformação, e como detentores de conhecimentos próprios que, valorativamente, são tão altos quanto quaisquer outros (informação verbal)⁴. Neste sentido, o grupo que se objetiva formular é, também, um projeto educativo: mas de caráter menos

⁴ Informação verbal adquirida no documentário “Paulo Freire Contemporâneo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5y9KMq6G8I8>

vertical e mais compreensivo, buscando partir dos conhecimentos e questões das próprias mulheres grávidas e refletir conjuntamente a respeito.

Neste sentido, não são propostos temas fixos para os grupos, mas eixos temáticos, a partir dos quais se compreenderá as questões das participantes pelas suas próprias vivências. São colocados seis encontros para este grupo, também de frequência semanal: (1) e (2) com temática “implicações biológicas da gravidez”; (3) e (4) com tema “implicações psíquicas da gravidez indesejada”; e (5) e (6) a respeito das “implicações sociais da gravidez indesejada”. É evidente que estes temas se cruzam, de modo que é natural o câmbio de diversas questões de âmbitos distintos em todos os encontros; porém, os debates serão sempre orientados por esses temas, a partir dos quais se formulará um ambiente de trocas de conhecimentos e vivências, bem como intervenções psicoeducativas pontuais.

Aqui, pontua-se o trabalho de Yalom (2006) sobre a existência de uma série de fatores terapêuticos primários em processos grupais, que promovem melhoria psíquica de seus membros. Nisto inclui-se a instilação da esperança no processo terapêutico e na melhora do estado psicológico, o compartilhamento de informações e histórias entre membros e por parte do líder do grupo, a quebra da solidão ao perceber-se parte de um problema que outras pessoas também compartilham, o desenvolvimento de um sentimento de altruísmo pelos demais membros de grupo, entre outros (YALOM, 2006). Assim, compreende-se, de acordo com o autor, o trabalho com o grupo como uma ferramenta de forte poder terapêutico.

Conforme pontuado à princípio, seria necessário um trabalho na escola para o mapeamento e o contato com essas jovens mulheres que engravidaram sem ter o desejo. Valendo-se da articulação entre a instituição de ensino e a rede pública de saúde, busca-se o englobamento e o encorajamento de um projeto que rompe os limites da escola, adentrando a realidade de toda a comunidade escolar. Em paralelo a isso, a depender da quantidade de casos de gravidez indesejada, seria proposta a formação de um único grupo terapêutico educacional, a ser realizado na sede da Sociedade do Bairro, considerando que este é um problema da comunidade em que se encontram as instituições. Se houvesse um problema com relação a isso, ou mesmo se fosse um número grande demais de mulheres nestas condições em cada uma dessas escolas, naturalmente, seria possível e desejável fazer os encontros individualmente, em cada uma das escolas. Deste modo, formar-se-ia três grupos distintos.

Enfim, entende-se que os grupos terapêuticos são formas de acessar individualmente a cada um dos membros. Isso seria possível do seguinte modo: considerando as suas situações particulares e observando quem necessita de uma escuta psicológica individualizada e fornecê-la, ou mesmo de um encaminhamento para outro profissional especializado. A título de exemplo, se uma mulher apresenta dificuldades de disposição, cansaço e pressão baixa no seu dia a dia em virtude da gestação, é válido encaminhá-la ao Posto de Saúde existente na comunidade; assim, ela poderia com o objetivo de realizar exames e tratar sua situação de saúde. Se, em outro caso, uma mulher relata uma situação de violência psicológica ou física por parte do parceiro, motivada ou não pela gravidez não-planejada, trata-se da situação de encaminhá-la a um órgão governamental que a possa proteger e amparar.

2.3. RESULTADOS ESPERADOS

Com os trabalhos realizados, objetivam-se dois resultados distintos. Em primeiro lugar, tem-se o objetivo de — mediante o programa de prevenção elaborado — conscientizar os alunos das três escolas a respeito da relevância da prática de sexo seguro e responsável. Com isso, as palestras e o espaço de discussão apresentados teriam a capacidade de promover uma mudança efetiva das percepções destes sujeitos a respeito do sexo e da sexualidade. Assim, entende-se que este projeto tem a finalidade última de atingir o resultado de redução, significativa, do número de gravidezes indesejadas na região — atenuando, efetivamente, o problema que se visava sanar.

Paralelamente, a realização de um grupo com as alunas grávidas que não queriam esta condição teria o resultado primordial de reduzir as ansiedades, inseguranças e questões psíquicas negativas provenientes desta gravidez. Para isso, conta-se com o correto e ético manejo grupal para a ação dos fenômenos terapêuticos primários capazes de promover uma melhoria psíquica. Além disso, objetiva-se também alcançar a melhora das condições de saúde e sociais dos membros deste grupo individualmente: isto mediante escuta psicológica e encaminhamentos, tanto para os profissionais de saúde da região, como também para órgãos de amparo social à mulher. Isso seria possível devido às histórias pessoais por elas apresentadas em suas autorrevelações ao longo do processo grupal.

3. A TEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR

A partir da exposição das características do grupo, constata-se que os jovens do sexo masculino trabalham em ocupações que exigem pouca profissionalização. Se, porém, tais ocupações demandam pouca escolarização ou capacitação, o que impede esses jovens de abandonarem precocemente de suas atividades escolares? Para responder tal questionamento, a corrente sessão visa trazer à baila questões tangentes à evasão e fracasso escolar, de modo a apresentar as caracterizações e nuances destes obstáculos mediante a situação da comunidade descrita. Além disso, busca-se articular a função do psicólogo frente a estes problemas.

3.1. CARACTERIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DO PROBLEMA E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Faz-se necessário, primeiramente, um esclarecimento acerca da importância de se abordar o tema em destaque. Outrossim, anteriormente à evasão escolar, torna-se essencial o estabelecimento de uma compatibilidade da mesma com o chamado *fracasso escolar*. Dessa maneira, Forgiarani e Silva (2009 apud SOUZA et al., 2017, p.2) destaca que a problemática do fracasso escolar ganhou evidência no final do século XX, a partir do acesso de grande parte da população de camadas populares a escola⁵. Não obstante, como proposto por Zago (2011), a terminologia reverbera frente a diversos fenômenos educacionais como: a reprovação, as dificuldades de aprendizagem, a falta de interesse e a evasão escolar.

Sob tal perspectiva, estabelecida esta relação entre os temas, propõe-se uma descrição dos agravantes que contribuem para a evasão escolar. Como descrito na Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola (UNICEF, 2012, p.14-27), as barreiras que se apresentam frente à universalização ao acesso à educação, são da ordem: sociocultural (ligadas principalmente a discriminação racial, gravidez na adolescência e violência interurbana), econômica (atreladas a pobreza extrema precursora do trabalho infantil), vinculadas à oferta (toca o sucateamento da escola como um todo, desde o tratamento estatal para com o professor, até a estrutura física da escola —

⁵ Fato este decorrente pelos diversos direitos concedidos em legislações tal quais a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

dificuldades estruturais em áreas de difícil acesso etc.) financeira e técnica (investimento na escola e na capacitação dos profissionais da educação).

E por que tal intervenção faz-se necessária nesse contexto? Segundo Ceratti (2007, p. 30), as consequências provenientes da evasão escolar esboçam-se em forma de:

[...] baixa autoestima ligada a timidez excessiva e ao sentimento de incapacidade, dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho, má qualidade de vida, desqualificação e barateamento de mão de obra, estimulando a violência e prostituição, gravidez precoce, consumo e tráfico de drogas.

A partir do apresentado, torna-se evidente que tal entrave caracteriza-se tanto como uma questão de política educacional, quanto de saúde pública. Fato este que justifica a presença do psicólogo nas instituições de ensino, visto que a escola se configura como um “[...] espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimento para a vida, integrando crianças e jovens às principais redes sociais importantes para sua formação” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.30).

Ainda sobre o papel do psicólogo na instituição de ensino, algumas funções atribuídas a essa figura devem ser consideradas. Sendo assim, aos psicólogos escolares estão incumbidas as funções de: avaliação, diagnóstico, atendimento, encaminhamentos de alunos com dificuldades escolares, a orientação de pais e alunos, orientação profissional, orientação de professores — sem desconsiderar o conhecimento que os mesmo já dispõem acerca das relações escolares, bem como das técnicas pedagógicas a serem adotadas em sala de aula —, análise e intervenção em nível institucional (informação verbal)⁶. Além disso, a nível estrutural, o Conselho Federal de Psicologia (2013, p.36) imbuí ao psicólogo a função de colaborar com a elaboração, reorganização e avaliação do projeto pedagógico na instituição de ensino, levando em consideração sua escuta e conhecimento acerca das diversas singularidades que permeiam este espaço.

A partir da elaboração de tais atribuições, partimos para a elaboração do projeto em si. Dessa maneira, igualmente à descrição do Problema 1, este novo projeto conta com a delimitação de duas etapas distintas em sua constituição. A primeira diz respeito a um diálogo aberto, realizado entre psicólogo, pais e

⁶ Professor e Doutor Diego Vinicius, em aula expositiva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qvlhnsOT9Gc&ab_channel=Agentesev%C3%AA

educadores, visando delimitar os reais anseios da comunidade em questão, com enfoque na evasão escolar — quem é o público a qual o psicólogo dirige-se? Quais expectativas os familiares vinculam à instituição escola? Quais as reflexões, expectativas, dificuldades do corpo docente ?

Em paralelo a isso, faz-se valer a demarcação do segundo momento de intervenção. Desse modo, nesse segundo tempo de projeto, estudantes do ensino fundamental (nesta comunidade remeto-me aos alunos de 12 a 14/15 anos) tornam-se os protagonistas da discussão. Além disso, em ato contínuo, o psicólogo nesta etapa convida os alunos a repensar os motivos pelos quais se faz necessário se manter estudando, em um diálogo franco realizado pelos próprios alunos. Valendo-se dessas prerrogativas, na próxima sessão do trabalho, tal projeto, bem como as técnicas e métodos a serem empregados, serão discutidos e apresentados de forma mais detalhada.

3.2. PLANO DE AÇÃO FRENTE À QUESTÃO DA EVASÃO ESCOLAR

Na primeira fase da intervenção, o diálogo é estabelecido a partir da relação pais e escola, sob o intermédio do psicólogo. O instrumento utilizado aqui varia entre a análise das queixas escolares⁷, bem como o estabelecimento de um diálogo direto entre pais e educadores. Tal diálogo será promovido duas vezes por mês - com horários baseados na disposição da maioria dos pais. Nestes eventos serão discutidas as situações escolares dos alunos, bem como as expectativas que os pais têm sob os mesmos e também as expectativas atribuídas à própria escola. Por isso este programa deve ir muito além do aluno, entendendo que o sujeito enquanto estudante, estende-se para o contexto ambiental, portanto faz-se vital o fornecimento de recursos e suporte para famílias, escola e comunidade (Rumberger, 1995). A ideia aqui é dar voz aos familiares de forma democrática na construção de estratégias que possibilitem: (1) a compreensão da situação escolar do aluno; (2) uma aproximação maior entre a família e a instituição de ensino; bem como (3) a compreensão do contexto cujo a escola encontra-se inserida.

⁷ As queixas escolares são compreendidas como demandas de pais, professores e coordenadores pedagógicos no que se refere às dificuldades enfrentadas por estudantes na escola. Ressalta-se que, uma demanda ou queixa – mesmo ancoradas a uma realidade externa e objetiva – são frutos da percepção e subjetividade de quem as formula. Dessa maneira, torna-se extremamente necessário a aproximação e o conhecimento, por parte dos psicólogos escolares, de quem é aquele que se queixa.

Um segundo ponto a ser debatido, nesse primeiro estágio, é o do mapeamento da estrutura escolar. Isso se dá pois, segundo Rumberger (1995), os recursos dispostos pela instituição podem influenciar tanto na concretização do engajamento e desempenho do aluno, quanto em propiciar um cenário onde o processo de desengajamento e evasão do estudante tornam-se eminentes. Nesse sentido, faz-se fundamental ao profissional de psicologia ter o projeto pedagógico da instituição de ensino como um norte para a execução de suas funções.

Seguindo esta ótica, o diálogo com o professor - que busca compreender seus anseios e expectativas para com o desempenho de seu trabalho - bem como com as lideranças da instituição torna-se primordial. O exercício de uma comunicação clara entre estes pares abre as portas para um projeto pluridisciplinar na promoção do empoderamento do estudante

No tocante ao segundo momento de intervenção, algumas considerações se fazem necessárias. De tal modo, segundo Penteado e Guzzo (2010, apud SOUZA et al., 2017, p.10), as intervenções no campo da evasão escolar devem partir do pressuposto de que os alunos são atravessados pelas mais diversas experiências de vida, fato este que indica ao psicólogo a necessidade de compreensão do contexto histórico-cultural a qual ele intervirá. Sendo assim, num primeiro momento o psicólogo apenas escuta as demandas que advém dos próprios estudantes que, a partir disso dão vazão a toda sua experiência, noção e expectativas referentes à escola; e em segundo plano por intermédio das avaliações psicopedagógicas — testes de desempenho, criação de uma cultura de autoavaliação — o profissional identifica dificuldades ensino-aprendizagem dos alunos nestas faixas de idade. Ressalta-se portanto a necessidade de um diálogo direto do aluno com o psicólogo, que compromete-se com compreensão do estudante em sua subjetividade, levando em conta seus anseios para com os estudos perpassando por suas zonas de interesse e habilidades em geral.

Em um segundo momento deste trabalho, visa-se estabelecer os fatores que motivam a ida à escola. Assim sendo, para Bzuneck (2009), o decréscimo da motivação pode acarretar numa queda de investimento pessoal na realização das tarefas que promovem o desenvolvimento — tanto acadêmico, quanto pessoal —, o que impossibilita a formação de indivíduos mais capazes e de pensamento crítico. A construção de um processo pedagógico integrativo, que visa incluir o aluno no processo de aprendizado, dando voz às questões e subjetividades, torna-se vital na

compreensão dos fatores que motivam o aluno, tanto a permanecer quanto evadir do meio escolar.

Portanto, essas etapas buscam estabelecer um diálogo integrativo entre as partes que compõem a comunidade escolar. Ademais, a compreensão do contexto histórico social em que a escola se insere, bem como as expectativas geradas por todas as partes da comunidade, tornam-se imprescindíveis na construção de um trabalho que atenda e freie a evasão escolar.

3.3. RESULTADOS ESPERADOS

Almeja-se, a partir de tal projeto, o estabelecimento de diálogos abertos, a construção de uma relação mais próxima entre a comunidade em questão e a instituição escolar. Visto que, para tal, a presença do profissional de psicologia se evidencia como de suma importância na construção dessa ponte relacional. Além disso, busca-se o empoderamento e capacitação dos alunos em destaque, a partir dessa proposta dinâmica de produção ativa de seu autoconhecimento.

Em suma, a elaboração de tal projeto serve como impulso na direção de uma educação mais abrangente e democrática. Conseqüentemente, a prevenção da evasão escolar demanda a colaboração de toda a comunidade escolar, visto que a história da comunidade também se classifica como uma variante que penetra a vida dos estudantes. Ressalta-se aqui a participação da psicologia escolar e educacional como fundamental na desobstrução deste obstáculo, bem como na construção de uma cultura que valorize a educação e todas as suas benesses.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou estabelecer, por intermédio de uma revisão bibliográfica, uma articulação entre o papel do psicólogo diante dos temas da Gravidez Indesejada e a Evasão Escolar. Postulou-se de forma central a criação de projetos interdisciplinares que contribuíssem para a dissolução destes obstáculos. Sob tal ótica, o intuito foi desenvolver de maneira clara uma proposta de intervenção frente a uma situação hipotética apresentada a respeito dos temas em questão.

Em suma, buscou-se a todo momento reafirmar a figura do psicólogo como essencial na construção desse diálogo entre as questões sociais, histórico-

contextuais e educacionais, no processo de desenvolvimento do indivíduo. Ademais, as reflexões aqui inseridas buscam fomentar as discussões a respeito da real situação da escola em solo brasileiro. Pois, somente a partir de um pensamento crítico que revise conceitos outrora dados como objetivos e imutáveis, há a possibilidade de um desenvolvimento democrático da escola como espaço transformador do sujeito.

REFERÊNCIAS

BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: E. Boruchovitch & J. A. Bzuneck (Orgs.) **A motivação do aluno**. Petrópolis: Vozes, 2009. *E-Book*.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar**: causas e consequências. Gestão Escolar: Curitiba, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica** / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 58 p., 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web>. Acesso em: 31 out. de 2021.

COSTA, José Junio Souza da. A Educação Segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria**, Porto Alegre, v. 7, n. 18, p. 72-88, jan. 2015. Disponível em: <<https://www.theoria.com.br/edicao18/06182015RT.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. *E-Book*.

_____. **Paulo Freire Contemporâneo**. Online. 2016. (53m03s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5y9KMq6G8I8>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi *et al.* Educação sexual na escola a partir da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/rQ3DZwPrv5mcTgpYVTrWjTq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MARTINEZ, Albertina. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2456/2194>>. Acesso em: 30 out. 2021.

PRIETSCH, Silvio Omar Macedo *et al.* Gravidez não planejada no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 1906-1916, out. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/3GXV43pKnfYnrSyM8BYrfKM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 out. 2021.

REVISTA PSIQUE: RELATOS ACADÊMICOS, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, p. 74-88, jul./dez. 2023 – ISSN 2448-3443

RUMBERGER, R. W. Dropping out of middle school: a multilevel analysis of students and schools. **American Educational Research Journal**, v. 32, n. 3, p. 583-625, 1995. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/44819580_Dropping_Out_of_Middle_School_A_Multilevel_Analysis_of_Students_and_Schools>. Acesso em: 31 out. 2021.

SILVA, João Luiz Pinto e. Gravidez na adolescência: desejada x não-desejada. **Femina**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 825-830, nov.-dez. 1998. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-318605>>. Acesso em: 29 out. 2021.

SOUZA, Josinaldo Furtado De *et al.*. **Evasão escolar e psicologia educacional: reflexões sobre a realidade brasileira**. Anais IV CONEDU. Campina Grande: Realize, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/36909>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa: Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância**. Brasília: UNICEF, 2012. *E-Book*.

YALOM, Irvin. Os fatores terapêuticos. In: **Psicoterapia de grupo: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2006. *E-Book*.

ZAGO, Nadir. Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: questionamentos e tendências em sociologia da educação. **Revista Luso-Brasileira**, Lisboa, v. 2, n. 3, p. 57-83, mar. 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17155/17155.PDF>>. Acesso em: 31 out. 2021.